

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

- 1.1 – 25ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.2 – 26ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.3 – 27ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.4 – 28ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.5 – 29ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.6 – 30ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.7 – 31ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.8 – 32ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.9 – 33ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.10 – 18ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 1.11 – 19ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 1.12 – 20ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 1.13 – Reuniões de Comissões

### 2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

### 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 5 – ERRATAS



## ATAS

### ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 4/9/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Visual Sistemas Eletrônicos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção no Sistema Eletrônico para Votação – SEV-2000 – instalado no Plenário da Assembleia Legislativa – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Suporte Técnico da Diretoria de Processo Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a cessão de mão de obra de 28 empregados para atividades de vigias/porteiros, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e materiais – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Claro S. A., tendo como objeto a prestação de serviços de transmissão fixa para satélite (*uplink*) para transmissão permanente, sem redundância, de sinais de áudio e vídeo digital da TV Assembleia para o satélite Star One C3 – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-

Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Talentos Cinevídeo Eireli – EPP, tendo como objeto a prestação de serviços de operação de sistemas eletrônicos de áudio e vídeo para a Gerência-Geral de Rádio e Televisão – parecer favorável à ampliação do objeto na proporção de 3,28% (três vírgula vinte e oito por cento); ao aumento de vales-transporte e vales-refeição decorrente da ampliação de objeto e preenchimento das vagas preexistentes; ao fornecimento de uniformes para os novos técnicos que preencherem as vagas preexistentes e ao reforço de garantia a ser efetuado decorrente da ampliação do objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 11 de setembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de setembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 11/9/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.664/2017, altera a Deliberação nº 2.641, de 15 de fevereiro de 2016, que regulamenta o uso e a cessão de espaços da Assembleia Legislativa destinados à realização de eventos e reuniões e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa L3A Divisórias e Forros Eireli, tendo como objeto a reforma em divisórias, com fornecimento de paredes divisórias, armários, balcões, bancadas e acessórios, inclusive montagem, instalação e desmontagem – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 53/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Consórcio Operacional de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte – Transfácil –, tendo como objeto a cessão de uso dos cartões BHBUS de vales-transporte, licença de acesso à *website* Transfácil e prestação de serviços relativos ao atendimento dos pedidos de vales-transporte eletrônicos através do mecanismo de carga a bordo – parecer favorável à contratação por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado João Leite referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à concessão de licença sem vencimento, para tratar de interesses particulares, à servidora Karina Assad Mazzeiro Panadés, no período de 9/7/2018 a 5/7/2019, nos termos do art. 161 da Resolução nº 800, de 5/1/1967. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 15 de setembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 15 de setembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 18/9/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide aprovar o Relatório de Análise e Classificação de Bens Permanentes n] 4/2017, autorizando, nos termos do art. 6º da Deliberação nº 2.349/2004, a alienação dos bens classificados como antieconômicos ou irrecuperáveis. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Elevadores Milênio Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores e plataformas elevatórias de acessibilidade, com fornecimento de peças e componentes – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 49/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Babados Decorações Ltda., tendo como objeto o fornecimento de piso vinílico com assentamento, bem como preparação da superfície para a instalação – parecer favorável ao aumento de 6,5708% (seis inteiros e cinco mil, setecentos e oito décimos de milésimos por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 25 de setembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 25 de setembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 25/9/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, por meio da Deliberação nº 2.665/2017, a Mesa altera dispositivo da Deliberação nº 2.565, de 10 de junho de 2013, que consolida as normas relativas à assistência prestada pela Assembleia Legislativa na área de saúde. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Dalmo Ribeiro Silva processos contendo os seguintes requerimentos: Requerimento 1.965/2015, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que solicita seja encaminhado ao promotor de justiça da Comarca de Pará de Minas pedido de informações consubstanciadas em cópia da perícia técnica ambiental que identificou as causas de proliferação de aguapés e da poluição do Lago Azul, em Pará de Minas - parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.635/2015, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a política pública para fiscalização e controle do desmatamento no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.529/2016, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer

seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – e ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações sobre as queimadas nos parques e áreas de preservação e as providências que estão sendo tomadas para conter a devastação causada pelo fogo – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.025/2017, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os impactos ambientais resultantes do rompimento da barragem localizada ao lado da Mineração Tejuca, em Brumadinho – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.294/2017, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre a previsão de investimentos no Município de Brumadinho até 2018 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.391/2017, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente pedido de informações sobre a situação dos licenciamentos ambientais referentes às obras de duplicação da Rodovia BR-381 – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 2 de outubro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 2 de outubro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 2/10/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) dispõe sobre a repartição dos limites individuais definidos na forma do disposto no art. 20, II, “a”, da Lei Complementar Federal nº 101/2000; 2ª) autoriza a implementação do Programa Assembleia Cultural, com o objetivo de promover maior integração entre o parlamento mineiro e a sociedade civil, incentivando a abertura de canais de participação dos cidadãos nas atividades político-parlamentares, por meio da realização de eventos culturais no espaço físico da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Algar Multimídia S. A., tendo como objeto a prestação de serviços de acesso à internet – parecer favorável à inclusão de subcláusulas, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Arper Informática Ltda. – EPP, tendo como objeto a prestação de serviços de suporte ao software BIG-IP F5 – parecer favorável à inclusão de subcláusula, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termos de aditamento aos contratos nºs 3/2014 e 40/2015, celebrados entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Telbrax Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de acesso à internet - parecer favorável à inclusão de subcláusulas, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do

inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, os seguintes servidores: a partir de 19/9/2017, o servidor Luiz Antônio Ribeiro de Freitas, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Jornalista; a partir de 25/9/2017, a servidora Diana Ceres de Oliveira Freire, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo; a partir de 2/10/2017, a servidora Helma Clark Hattler, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Taquígrafo; a partir de 2/10/2017, o servidor Vamberto Luiz de Castro, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 5 de outubro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de outubro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 9/10/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.666/2017, institui o Programa Assembleia Cultural da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Sompó Seguros S. A., tendo como objeto a prestação de serviços de seguro, sem interveniência de corretoras, para o Edifício Carlos Drummond de Andrade, incluindo todo o seu conteúdo – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Infraestrutura, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis –, tendo como objeto a prestação de serviços de tradução/interpretação da Língua Brasileira de Sinais – Libras – para a Língua Portuguesa e vice-versa, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo ou ensaiada, gravada ou não, em eventos, atividades diversas e projetos institucionais da contratante ou por ela promovidos, no município de Belo Horizonte, com cessão de uso de imagem – parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação, nos termos do art. 24, XX, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Apoio às Comissões, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Agência Estado S.A., tendo como objeto o licenciamento de conteúdos noticiosos e informes políticos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à concessão de licença sem vencimento, para tratar de interesses particulares, ao servidor Sérgio Pompeu de Freitas Campos, no período de 1º de abril a 31 de julho de 2018, nos termos do art. 161 da Resolução nº 800/1967. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa

nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 16 de outubro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de outubro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 16/10/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.667/2017, dispõe sobre o assédio no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag, tendo como objeto a cooperação técnica entre os partícipes – parecer favorável ao registro da sucessão da Intendência da Cidade Administrativa pela Seplag e alteração da redação da cláusula sétima do contrato original, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa MCI Decorações Ltda. – ME, tendo como objeto o fornecimento e instalação de cortina rolô – parecer favorável à contratação, oriundo do Pregão Eletrônico nº 62/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, tendo como objeto a prestação de serviços postais diversos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16 de outubro de 2017, o servidor William de Gouvêa Norton, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16 de outubro de 2017, o servidor Mário Lúcio da Silva, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 23 de outubro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 23 de outubro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 23/10/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza o pagamento de diárias de viagem aos representantes da sociedade civil eleitos nos encontros regionais do fórum técnico Semeando Letras – Plano Estadual do livro, leitura, literatura e bibliotecas – que comparecerem à etapa final dos eventos, a fim de custear suas despesas com alimentação e transporte intermunicipal e local; 2ª) autoriza o recebimento, o processamento e o pagamento de uma diária de viagem relativa ao mês de junho de 2017 ao deputado Vanderlei Miranda; 3ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa, referente ao mês de agosto de 2017, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 4ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab, referente ao mês de agosto de 2017, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 5ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/8/2017, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado João Leite referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Gustavo Corrêa referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Sociedade Empresária LTA-RH Informática, Comércio e Representações Ltda., tendo como objeto a aquisição de uma unidade de *backup* do tipo biblioteca de fitas robotizadas - parecer favorável à contratação, oriunda da adesão à Ata de Registro de Preços nº 19/2016 da Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de Santa Catarina, Pregão Eletrônico nº 39/2016 daquele órgão, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Arlen Santiago referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 30 de outubro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 30 de outubro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 30/10/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom, tendo como objeto a prestação de serviços de adolescentes trabalhadores –

parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Locmaq Locadora de Máquinas Ltda. – EPP, tendo como objeto a aquisição de três unidades de interface de áudio – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 60/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Lava-a-Jato e Estacionamento Parada do Sabão Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de lavagem e revitalização de pintura em veículos da Casa – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de apostila ao contrato nº 46/2016, celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a prestação de serviços gráficos – parecer favorável à substituição da Imprensa Oficial pela Secretaria de Estado da Casa Civil e de Relações Institucionais – Seccri, em conformidade com o disposto na Lei nº 22.285/2016, que extinguiu a autarquia Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, passando o ajuste a ter a natureza jurídica de convênio e não mais de contrato, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 6 de novembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de novembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 1/9/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Cilave Tecnologia Ambiental Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de coleta, transporte, descarte e descontaminação de lâmpadas de descarga queimadas, com a correta destinação ambiental dos resíduos, de acordo com as pertinentes normas da ABNT, Feam e Ibama, e com a legislação ambiental vigente em Minas Gerais – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a cooperação institucional visando a maximizar as ações de polícia judiciária necessárias ao exercício de mandato eletivo – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao

quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c art. 132 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, acrescido pelo art. 48 da Emenda à Constituição nº 84, de 22/12/2010, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º de agosto de 2017, o servidor Antônio Roberto Lana Chaves, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Analista de Sistemas; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, à vista do disposto no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, observada a Emenda Constitucional nº 70, de 29/3/2012, e as disposições contidas nas Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, nos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nas Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e no Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, e nos termos do Laudo de Aposentadoria da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, datado de 18/7/2017, aposentando, por invalidez, a partir de 18 de julho de 2017, com proventos integrais, o servidor Sormani Milton Reis Thomaz, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, à vista do disposto no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, observada a Emenda Constitucional nº 70, de 29/3/2012, e as disposições contidas nas Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, nos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nas Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e nos termos do Laudo de Aposentadoria da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, datado de 8/8/2017, aposentando, por invalidez, a partir de 8 de agosto de 2017, com proventos integrais, a servidora Lucia Helena de Melo, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Legislativo; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2 de agosto de 2017, a servidora Maria Helena Magalhães Souza, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 28 de agosto de 2017, a servidora Paula de Assis Fonseca Souza, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16 de agosto de 2017, o servidor Vanderley Nunes de Souza, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2 de agosto de 2017, o servidor Waldemar Gomes, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 28 de agosto de 2017, a servidora Aparecida Braga de Araujo Rungue, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Taquígrafo; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 30 de agosto de 2017, o servidor Herculano Lamounier Fernandes, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 31 de julho de 2017, a servidora Patricia de Souza Duarte, ocupante do

cargo efetivo de Analista Legislativo – Jornalista, no exercício da Função Gratificada de Nível Superior – FGS. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 4 de setembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de setembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 15/9/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem relativas aos meses de referência abril e maio de 2017 ao deputado Mário Henrique Caixa, considerando os esclarecimentos apresentados pelo parlamentar. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Agile Empreendimentos e Serviços Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços de atendimento telefônico e telemarketing receptivo e ativo – parecer favorável à prorrogação, à ampliação de objeto, ao reforço de garantia e ao aviso prévio para os prestantes do contrato originário, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado João Leite referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, à vista do disposto no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, observada a Emenda Constitucional nº 70, de 29/3/2012, e as disposições contidas nas Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, nos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nas Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e no Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, e nos termos do Laudo de Aposentadoria da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, datado de 26/8/2017, aposentando, por invalidez, a partir de 26/8/2017, com proventos proporcionais, o servidor José Jerônimo Dias, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, à vista do disposto no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, observada a Emenda Constitucional nº 70, de 29/3/2012, e as disposições contidas nas Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, nos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nas Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, no Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, e nos termos do Laudo de Aposentadoria da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, datado de 5/4/2017, aposentando, por invalidez, a partir de 5/4/2017, com proventos integrais, o servidor Walter Batista de Moura, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, à vista do disposto no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das

Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e da Emenda Constitucional nº 70, de 29/3/2012, aposentando, por invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, a partir de 22/8/2017, a servidora Adriana Valéria Cirino Ferreira, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 12/9/2017, o servidor Geraldo Magela de Figueiredo, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 14/9/2017, o servidor Antônio Fernando Batista, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição e idade, com proventos integrais, a partir de 12/9/2017, a servidora Simone Mordente de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 12/9/2017, os seguintes servidores: Maria José Canêdo Teixeira Moreira, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Analista de Sistemas; Antonio Carlos Esteves Lima, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo – Policial Legislativo Masculino. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 18 de setembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 18 de setembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 5/10/2017**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa CEI – Serviços de Engenharia Ltda., tendo como objeto a prestação de serviço especializado em engenharia elétrica para integração de sistema elétrico de média tensão com geração própria e paralelismo – parecer favorável à ampliação do objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Emap Solar Ltda. – ME, tendo como objeto o fornecimento e instalação de sistema de microgeração fotovoltaica – parecer favorável à prorrogação do termo final do contrato, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado João Leite referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de

recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 9 de outubro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de outubro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/11/2017**

Às 19h41min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Durval Ângelo, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a defesa e a promoção dos direitos da população negra e pobre no Brasil. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Sônia Rosa Faria, coordenadora da Pastoral Universitária da Faculdade Isabela Hendrix, e Lilian Contreira, professora do Centro Universitário Assunção (SP); e os Srs. Mauro Passos, pós-doutor em Antropologia da Religião pela Universidade Federal de Minas Gerais, Marcos Helenio Leoni Pena, coordenador do escritório do deputado federal Patrus Ananias, Padre Manoel de Godoy, professor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – Faje –, Frei Carlos Josaphat Pinto de Oliveira, teólogo dominicano, Guaracy Maximiliano Santos, professor do Curso de Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Frei Leonardo Lucas Pereira, professor do Instituto Santo Tomás de Aquino, e Padre Áureo Nogueira de Freitas, coordenador do Anima PUC Minas. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

#### **ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/11/2017**

Às 9h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Durval Ângelo, Dirceu Ribeiro (substituindo o deputado Noraldino Júnior, por indicação da liderança do BCMG) e Geraldo Pimenta (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Retira-se o deputado Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O relator do Projeto de Lei nº 3.562/2016, deputado Cristiano Silveira, retira o parecer lido anteriormente e apresenta outro parecer. Em seguida, após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do

Substitutivo nº 3, no 1º turno. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 10.827/2017, do deputado Durval Ângelo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos ocupantes da Fazenda Charneca, cujo assentamento é objeto de ação de reintegração de posse promovida pelo Município de Nova Serrana. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, agendada para hoje, 29/11/2017, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

#### **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/12/2017**

Às 9h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, André Quintão (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação do BMM) e Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail*, recebido através do “Fale com as Comissões”, da Sra. Terezinha Fernandes, de Montes Claros, denunciando que foi expulsa de sua terra por grileiros e solicitando auxílio no andamento do processo judicial que move para reavê-la. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 17/11/2017: ofícios da Sra. Marina Sélos Ferreira, procuradora da República, e dos Srs. Antonio Thomaz Lessa Garcia Júnior, chefe de gabinete da Secretaria-Geral da Presidência da República, Leandro Borges da Cruz, gerente do Distrito Regional de Ubá da Copasa-MG, e Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco, presidente da Codemig. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais avocou a si a relatoria: Projetos de Lei nºs 3.294/2016, no 1º turno, e 2.784/2015 e 4.664/2017, em turno único. Registra-se a presença do deputado Durval Ângelo, e retira-se o deputado Geraldo Pimenta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.529, 9.534, 9.535, 9.536, 9.538, 9.539, 9.541, 9.543, 9.546, 9.548, 9.550, 9.554, 9.557, 9.559, 9.564, 9.566, 9.575, 9.576 e 9.649/2017, da Comissão de Participação Popular. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.843/2017, do deputado Durval Ângelo, em que requer seja formulado voto de congratulações com a 141ª Companhia de Polícia Militar do 7º Batalhão da 7ª RPM, na pessoa do Cb. PM Deivid Lopes Silva, pelos excelentes serviços prestados à comunidade de Dores do Indaiá no combate preventivo e ostensivo à criminalidade nesse município;

nº 10.878/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para debater o momento de grande intolerância religiosa no Estado, o que tem ocasionado até a depredação de casas destinadas às práticas religiosas;

nº 10.992/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para que seja discutida com a comunidade de Juiz de Fora a aplicação dos recursos anunciados para o Programa Fica Vivo, nesse município;

nº 10.993/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados pedido de providências com vistas a que seja dada celeridade à

tramitação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 117, 126, 127, 128 e 129/2015, apresentadas no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito Violência contra Jovens Negros e Pobres, e do Projeto de Lei nº 4.894/2016;

nº 10.995/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado aos deputados federais eleitos pelo Estado pedido de providências com vistas à aprovação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 117, 126, 127, 128 e 129/2015 e do Projeto de Lei nº 4.894/2016, que se encontram em tramitação nessa Casa Legislativa;

nº 10.996/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à elaboração do Plano Estadual de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens no Estado, privilegiando-se a participação popular;

nº 10.998/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora e à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de providências acompanhado das notas taquigráficas da 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 4/12/2017, e do documento apresentado pelo Projeto 20 Dias de Ativismo contra o Racismo, com vistas à implementação das propostas constantes no referido documento;

nº 10.999/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a operação da Polícia Federal realizada nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

#### **ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/12/2017**

Às 9h59min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Vítor Xavier, Bosco e Ivair Nogueira (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Thiago Cota. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 9.775/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.000/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais – Amig – e com o Sr. Celso Cota, pela conquista histórica representada pela aprovação da Medida Provisória nº 789/2017, que altera alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais;

e nº 11.001/2017, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado pedido de providências ao Ministério de Minas e Energia, ao Congresso Nacional e ao presidente da República com vistas à reavaliação da alíquota incidente sobre a exploração de rochas fosfáticas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem –, em razão do prejuízo dos municípios que exploram tal recurso com a redução da alíquota de 2% para 0,2%.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2017.

João Vítor Xavier, presidente – Thiago Cota – Cristiano Silveira.

**ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/12/2017**

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Durval Ângelo e João Leite (substituindo o deputado Carlos Pimenta, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Marília Campos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os trabalhos realizados pela Comissão da Verdade em Minas Gerais, com a finalidade de conscientizar a população e prestar melhores esclarecimentos sobre violação de direitos fundamentais. O presidente redistribui a relatoria do Projeto de Lei nº 3.294/2016 ao deputado Durval Ângelo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.294/2016 na forma do Substitutivo nº 1 (relator deputado Durval Ângelo, por redistribuição). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Celina Pinto Albano, conselheira da Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais; Maria Céres Pimenta Spinola Castro, membro da Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais, e Emely Vieira Salazar, professora convidada da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, e os Srs. Emílio Peluso Neder Meyer, professor de Direito e coordenador do Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da Universidade Federal de Minas Gerais; Robson Sávio Reis Souza, coordenador da Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais; Jurandir Persichini Cunha, coordenador adjunto da Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais; Carlos Antônio Melgaço Valadares, conselheiro da Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais, e Paulo Afonso Moreira, membro da Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais. A presidência concede a palavra ao deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária marcada para a mesma data, às 15h45min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2017.

Celise Laviola, presidente.

**ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª  
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/12/2017**

Às 11h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fábio Cherem, Celinho do Sinttrocel e Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Anselmo José Domingos, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fábio Cherem, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.191/2017 (relator deputado Celinho do Sinttrocel); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.353/2017, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator deputado Agostinho Patrus Filho). São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 4.162/2017, no 1º turno,

à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais; e 4.520/2017, no 1º turno, à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Andrelândia. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.490/2017. O Projeto de Lei nº 4.822/2017 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 9.783/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 11.113/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à OI Móvel S.A. em Teófilo Otôni pedido de informações sobre a baixa qualidade dos serviços de telefonia prestados ao referido município;

nº 11.114/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam atendidas, de imediato, as reivindicações dos servidores públicos representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos em Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – Sintder-Sinttop –, em especial a instituição de plano de carreira, a concessão de reajuste salarial, a criação de gratificação semelhante à prevista em acordo assinado com representantes da Seplag e a atualização do valor pago a título de auxílio-alimentação;

nº 11.123/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada visita aos canteiros de obras da Rodovia LMG-760 com a finalidade de averiguar a execução e o andamento do empreendimento.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 19/12/2017, às 17h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2017.

Fábio Cherem, presidente – Celinho do Sinttrocel – Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes.

#### **ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/12/2017**

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. O presidente suspende a reunião por prazo indeterminado. Reabertos os trabalhos da reunião, registra-se a presença do deputado João Leite. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (3), publicados no Diário do Legislativo em 30/11/2017. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.380, 9.384 a 9.386, 9.392, 9.393, 9.398, 9.454, 9.467, 9.468 e 9.831/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.115/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas a suprir as deficiências das frações destacadas localizadas no interior do Estado, tais como os destacamentos sediados nos Municípios de Josenópolis e Cristália, onde não há combustível para as viaturas, acesso à internet e fornecimento regular de água, e as condições estruturais dos imóveis oferecem risco aos próprios policiais militares.

nº 11.118/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que, em atenção a solicitação feita a este parlamentar pelos vereadores Amauri Antônio Mariano e Airton Lucas de Oliveira, seja designado um delegado de polícia ao Município de Conquista.

nº 11.119/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas a, em atenção a solicitação feita a este parlamentar pelos vereadores Amauri Antônio Mariano e Airton Lucas de Oliveira, aumentar o efetivo policial do Município de Conquista.

nº 11.120/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o Sd. PM Paulo Gustavo da Silva seja transferido para a 189ª Companhia de Polícia Militar/38º Batalhão de Polícia Militar, conforme solicitação já registrada no Sismov.

nº 11.121/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o Cb. PM Tiago Fonseca Carvalho seja transferido para o 38º Batalhão de Polícia Militar/13ª Região da Polícia Militar, sediado no Município de São João del-Rei, conforme solicitação já registrada no Sismov.

nº 11.122/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer a V. Exa. seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o 4º Pelotão/272ª Companhia de Polícia Militar/11º Batalhão de Polícia Militar permaneça sediado no Município de Matipó, cuja população ultrapassa 18 mil habitantes, e é o mais adequado para o atendimento das localidades vizinhas.

nº 11.124/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Barbacena pedido de providências para que sejam nomeados, de imediato, os candidatos aprovados no concurso público referente ao Edital 22/2015, realizado para provimento dos cargos públicos de guarda-municipal, cuja homologação ocorreu em 6/6/2016.

nº 11.125/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de armamento longo ao destacamento sediado no Município de São José da Varginha.

nº 11.126/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que sejam instaladas câmeras de videomonitoramento no Município de Fortuna de Minas, de modo a contribuir com o policiamento ostensivo local.

nº 11.127/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Funilândia, bem como à disponibilização de novos coletes à prova de balas e uma viatura, de grande porte, adequada ao policiamento local, que abrange extensa área rural.

nº 11.128/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novos coletes à prova de balas e viatura de grande porte ao destacamento sediado no Município de Inhaúma.

nº 11.129/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de armamento e viatura de grande porte ao destacamento sediado no Município de Capim Branco, que abrange extensa área rural e tem suas ocorrências encerradas em Vespasiano.

nº 11.130/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novos coletes à prova de balas e viatura de grande

porte ao destacamento sediado no Município de Prudente de Moraes, que abrange extensa área rural, e tem suas ocorrências encerradas na cidade de Vespasiano.

nº 11.131/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial do Município de Pedro Leopoldo, bem como à disponibilização de novos coletes à prova de balas e armamento aos policiais da unidade.

nº 11.132/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial do Município de Florestal, bem como à disponibilização de novos coletes à prova de balas e armamento aos policiais militares da unidade.

nº 11.133/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para determinar o aumento do efetivo policial do Município de Florestal, bem como para melhorar o aparelhamento da delegacia de polícia local, que não possui sequer algemas para eventual condução de presos.

nº 11.134/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novos coletes à prova de balas, bem como de rádios HT ao destacamento sediado no Município de Mateus Leme.

nº 11.135/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novos coletes à prova de balas, bem como viatura de grande porte ao destacamento sediado no Município de Itatiaiuçu, que abrange extensa área rural.

nº 11.136/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que todos os policiais militares lotados no destacamento sediado no Município de Rio Manso sejam capacitados para o uso de fuzis e demais armamentos pesados, pois apenas dois policiais militares são credenciados para operar o armamento disponível na fração.

nº 11.137/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Matozinhos, bem como à disponibilização de nova viatura de grande porte, adequada ao policiamento local, que abrange extensa área rural.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, amanhã, 20/12/2017, às 11, às 14 e às 17 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente.



## **ORDENS DO DIA**

### **ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/2/2018**

#### **1ª Parte**

#### **1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 2.753/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações sobre o processo para regularização da documentação de pessoa com deficiência física para que possa pilotar triciclo no Estado, bem como sobre as medidas adotadas pelo órgão para facilitar o acesso dessas pessoas à referida regularização. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.695/2016, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Casa Civil pedido de informações sobre o início das obras de construção da Escola Estadual Pedro Thysen, no Município de Piedade dos Gerais, conforme o Termo de Compromisso nº 23.235, de 2014, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e o FNDE. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

**2ª Fase****(das 16h15min em diante)**

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.399/2016, do deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo do Estado a fazer reverter, por doação, ao Município de Madre de Deus de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 49/2017, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. (Urgência.) A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.824/2016, dos deputados Dirceu Ribeiro e Durval Ângelo, que autoriza o Poder Executivo a fazer reversão do imóvel que menciona ao Município de Ubá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

**3ª Fase**

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 6/2/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 9.469 a 9.472 e 9.679/2017, do deputado Cabo Júlio; 9.856/2017, do deputado Elismar Prado; 9.871/2017, do deputado Douglas Melo; e 9.975/2017, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 6/2/2018**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/2/2018**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento n° 9.874/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/2/2018**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 6/2/2018**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 6/2/2018**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 6/2/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 6/2/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/2/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49/2017****Mesa da Assembleia****Relatório**

De autoria da Mesa da Assembleia, a proposição em exame altera a Resolução nº 5.176, de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Durante a sua tramitação, por meio do Requerimento Ordinário nº 3.142/2017, a deputada Marília Campos solicitou regime de urgência para a proposição, o qual foi aprovado por esta Casa.

Publicada no “Diário do Legislativo” em 20/12/2017, a proposição foi distribuída a esta Mesa para receber parecer, nos termos dos arts. 194 e 195, combinado com o art. 79, inciso VIII, alínea “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

A luta pela emancipação feminina, que também se insere na pauta de proteção aos direitos humanos, tem ensejado, desde o século XIX, movimentos organizados no mundo todo, sendo tema de suma importância no combate à opressão onde quer que ela se faça presente. Dessa forma, muitos direitos foram conquistados, entre eles a participação no sufrágio, o direito à educação e a igualdade jurídica perante o matrimônio. Mas muito ainda há por se fazer no combate à discriminação sofrida pelas mulheres, cabendo ao Poder Legislativo acolher essa luta e atuar fortemente na promoção da igualdade de gêneros.

A proposta de criação de uma comissão permanente de Defesa dos Direitos da Mulher é medida institucional de suma relevância, pois abre um espaço de referência para a causa. Ademais, a consolidação desse espaço deve ser vista como o resultado dos esforços engendrados pela Comissão Extraordinária das Mulheres, dando continuidade aos seus estudos e aos debates afetos ao tema. Sem dúvida alguma, a criação da comissão permitirá uma maior visibilidade aos diversos problemas que se apresentam, permitindo o acompanhamento sistemático das políticas públicas voltadas para o gênero, seja no campo da participação política, da economia, da saúde, da segurança pública, ou em qualquer campo em que a condição feminina se mostre fragilizada.

A competência e a iniciativa da proposição estão em consonância com a Constituição do Estado, atendendo aos comandos dos arts. 60, 62 e 66, alínea “a”, sendo a Resolução a forma prevista pelo § 1º do referido art. 66. Sendo assim, não há óbices jurídicos nem razões de mérito a comprometerem a aprovação da matéria.

### **Conclusão**

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 49/2017, no 1º turno, na forma proposta.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 20 de dezembro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Rogério Correia, relator – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco.

## **PARECER PARA O 2º TURNO SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49/2017**

### **Mesa da Assembleia**

#### **Relatório**

De autoria da Mesa da Assembleia, a proposição em exame altera a Resolução nº 5.176, de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Aprovado no 1º turno na forma original, vem o projeto à Mesa da Assembleia a fim de receber parecer para o 2º turno, conforme dispõe o art. 194, combinado com o art. 79, VII, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

A proposta de criação de uma Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher é medida que se impõe no contexto político contemporâneo, em que os movimentos pela igualdade de gêneros despontam como dos mais importantes a serem tratados no século XXI. O Poder Legislativo estadual não poderia furtar-se a abrir um espaço de lutas específico para a causa.

Tais lutas envolvem sobretudo a ampliação da participação feminina na política, dotando as mulheres de maior autonomia para decidirem sobre as políticas públicas voltadas para si próprias. Melhores condições de segurança e de saúde, por exemplo, são apenas alguns dos diversos problemas que afligem a condição feminina, e esses assuntos terão plena visibilidade e merecida centralidade nos trabalhos desenvolvidos pela nova Comissão.

Isso posto, conforme já salientado no 1º turno, a proposição merece pronta acolhida nesta Casa.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 49/2017, no 2º turno de votação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 1º de fevereiro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente – Rogério Correia, relator – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/2/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no *Diário do Legislativo*, edição de 1º/2/2018, que nomeou Júlio César Moraes, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada;

exonerando Tatiana Alves Eugenio, padrão VL-48, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Alex Cássio Mariano da Cruz, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16 de janeiro de 2018, a servidora Margareth Maria Cintra, CPF nº 600.097.136/20, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-32, classe II, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16 de janeiro de 2018, o servidor João Bosco Fernandes, CPF nº 229.614.966/91, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-51, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26 de janeiro de 2018, o servidor Roberto Soares de Andrade Ávila, CPF nº 422.126.856/53, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, padrão VL-72, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 23 de janeiro de 2018, a servidora Wandisa Campos de Carvalho Andrade, CPF nº 602.855.836/20, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Taquígrafo, padrão VL-72, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

**TERMO DE CONTRATO Nº 117/2017**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Estiva Campos. Objeto: doação de bem móvel declarado inservível. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**TERMO DE CONTRATO Nº 120/2017**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Jaboticaba. Objeto: doação de bem inservível. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**TERMO DE CONTRATO Nº 125/2017**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Comunitária Quilombola de Beira do Fanado Abaixo. Objeto: doação de bem inservível. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**TERMO DE CONTRATO Nº 127/2017**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira do Fanado. Objeto: doação de bem móvel classificado como antieconômico. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**TERMO DE CONTRATO Nº 134/2017**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação dos Moradores da Comunidade do Córrego dos Coqueiros. Objeto: doação de bem inservível. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**TERMO DE CONTRATO Nº 1/2018**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: CEI – Serviços de Engenharia Ltda. Objeto: aquisição de materiais e equipamentos para as subestações elétricas III e IV do Palácio da Inconfidência. Vigência: 6 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 76/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90-10.1.

**TERMO DE CONTRATO Nº 3/2018**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Visual Sistemas Eletrônicos Ltda. Objeto: prestação de serviços para atualização e implantação de nova versão do Sistema Eletrônico de Votação – SEV –2000, incluindo integração com o Silegis e atualização dos terminais biométricos de votação e terminais da presidência, para garantir melhor desempenho operacional e manuseio pelos deputados. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, conforme o art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 190/2017**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Padrão iX – Informática Sistemas Abertos S.A. Objeto: serviço de atualizações de versões e de suporte técnico ao *software* BR/Search para 25 usuários. Objeto do aditamento: 2ª prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: 1º/2/2018 a 31/1/2019. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**ERRATAS****ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 19/12/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/12/2017, na pág. 76, no título, onde se lê:

“27ª”, leia-se:

“26ª”.

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/2/2018**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 3/2/2018, na pág. 65, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 10.021/2018, onde se lê:

“14º Batalhão de Polícia Militar”, leia-se:

“51º Batalhão de Polícia Militar”.

No resumo do Requerimento nº 10.022/2018, onde se lê:

“14º Batalhão de Polícia Militar”, leia-se:

“43º Batalhão de Polícia Militar”.

No resumo do Requerimento nº 10.023/2018, onde se lê:

“14º Batalhão de Polícia Militar”, leia-se:

“10º Batalhão de Polícia Militar”.

No resumo do Requerimento nº 10.025/2018, onde se lê:

“14º Batalhão de Polícia Militar”, leia-se:

“58º Batalhão de Polícia Militar”.

E, no resumo do Requerimento nº 10.026/2018, onde se lê:

“15/1/2018”, leia-se:

“7/1/2018”.